

ARTIGO

Problema do Bush?

Arnaldo Jardim

VICE-LÍDER DO PPS NA CÂMARA FEDERAL

O estouro da bolha especulativo-financeira começou nos EUA e logo se alastrou pelo mundo, colocando em xeque as estruturas de um capitalismo que privatiza os lucros e socializa os prejuízos. Mais do que um problema de liquidez, o maior obstáculo é a crise de credibilidade que se instalou no mercado financeiro, o que nos faz questionar se o caso da Enron foi mesmo isolado. De certo é que numa economia globalizada, quando a principal potência entra em parafuso, o mundo sente os seus efeitos.

Guardadas as devidas proporções, a atual "Crise Global" pode ser didática para o Brasil, partindo do princípio de que é resultante de uma combinação do descontrole de gastos públicos e privados, brechas regulatórias do mercado, sua primazia em detrimento da produção e uma euforia consumista demasiada.

Não há dúvida de que os EUA têm uma parcela maior de responsabilidade, diante da política belicista do Governo Bush (vide as guerras do Afeganistão e do Iraque), o grande desequilíbrio da sua balança comercial, a política de juros negativos do FED (Banco Central norte-americano), na época do ex-presidente Alan Greenspan, além da pressão chinesa por insumos básicos. Todos estes fatores culminaram numa enxurrada de capital no mercado que acabou por estimular o seu descolamento dos meios de produção, criando um terreno fértil para especulação.

Assim, criou-se uma bolha especulativo-inflacionária, alimentada pelos "dólares vagabundos" que viajam atrás de lucro fácil e que turbinaram as cotações das principais commodities (agrícolas e minerais), pressionaram para baixo a cotação da moeda norte-americana em todo o

mundo e usufruíram de altas taxas de juros de países emergentes, como o Brasil.

Num primeiro momento, essa movimentação impulsionou os países em desenvolvimento. O Governo Lula sempre apostou na exuberância externa como motor principal do nosso crescimento. A forte alta nos preços dos produtos da nossa pauta de exportação gerou um aumento de renda, propiciando um ciclo de crescimento no setor privado e a ampliação de gastos no setor público. Este fenômeno mundial teve, entre outros efeitos, o aumento de fluxo de capital ao Brasil, possibilitando a expansão do crédito em nossa economia. A crise atual, portanto, coloca ambos os fatores em risco.

Para amenizar os efeitos desta crise, algo que deve ficar mais evidente no início de 2009, o Governo, o Congresso Nacional e o Banco Central precisam se debruçar na elaboração de um pacote de medidas preventivas, sobretudo em relação à questão cambial, a política de juros (que continuam os mais altos do mundo e inibem sobremaneira o setor produtivo), além da questão tributária, ainda mais agora que o crédito em todo mundo começa a escassear.

Precisamos de uma reformulação total da atual política econômica para mudar o eixo do crescimento, a começar por uma coordenação verdadeira entre políticas fiscais, monetárias e cambiais para prover ao País as fontes de poupança internas para financiar o nosso crescimento de forma sustentável.

A partir de agora, o mercado tende a ficar mais conservador e os investimentos em países emergentes ainda é considerado de risco, devido justamente ao que chamamos de "Custo Brasil", ou seja, infra-estrutura precária, elevada incidência tributária, a falta de inventivos a exportação, frágeis marcos regulatórios e o uso de altas taxas de juros

para combater a inflação.

Num primeiro momento, a revisão no câmbio será fundamental para respaldar e apoiar o fluxo das exportações diante de uma eminente queda do preço das commodities. O governo precisa utilizar o câmbio como um instrumento de desenvolvimento, por meio do fortalecimento de programas já existentes como o Proex (Programa de Crédito à Exportação) e oferecer mais linhas de Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC), além de elaborar um Plano de Exportação, capaz de identificar novos mercados, promover a "Marca Brasil" e buscar investir na inovação tecnológica para exportarmos produtos de maior valor agregado.

Temos de abrir mão da visão escapista que vem sendo propagada pelo governo federal

Se nos EUA um dos estopins da crise foi à inadimplência imobiliária, por aqui, o mesmo pode acontecer com as vendas a prazos, que chegam a 60 meses, para aquisição de um veículo, por exemplo. Desta maneira, o Governo torna-se cúmplice de uma política de juros perversa que estimula o crédito sem lastro que pode fomentar um surto de inadimplência.

Este governo também tem se notabilizado pelo aumento dos gastos correntes, ano a ano, o que pode comprometer a sua capacidade de investimentos, mesmo batendo recordes sucessivos de arrecadação de impostos. Ou seja, o inchaço da máquina pública pode comprometer ainda mais a liberação dos recursos para as obras estruturais do PAC.

Por isso, o controle fiscal é uma

medida de extrema importância para assegurar os investimentos em infra-estrutura e das Parcerias Público Privadas (PPPs). Afinal, é preciso garantir o fluxo de investimentos e de crédito, para atender os grandes empreendimentos no plano da logística, da infra-estrutura, dos desafios da exploração de petróleo e gás que exigem investimentos fartos e a custo adequado.

O caminho é ampliar a oferta de crédito oficial, sem o comprometimento da estabilidade fiscal. Neste ponto, o BNDES pode desempenhar um papel ainda mais destacado na oferta de crédito, mas precisa reavaliar suas políticas de concessão de empréstimos sob a ótica do interesse público.

No Congresso Nacional, devemos rever não só a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) como também a LOA (Lei Orçamentária Anual), diante da previsão de desaceleração da economia, para que a execução orçamentária não enfrente os mesmos problemas do início deste ano. Além disso, os parlamentares precisam se mobilizar para a aprovação da Reforma Tributária, a Lei Geral das Agências Reguladoras e a Lei do Gás, no sentido de prover estabilidade regulatória necessária para multiplicar os investimentos do setor produtivo para mantermos o crescimento econômico.

No médio prazo, proponho ainda o abatimento da nossa dívida pública interna, que chega a 40,8% do PIB, enquanto em economias que atingiram o grau de investimento a média é de 30%. Para isso, poderíamos fazer uso das nossas reservas em moeda estrangeira (hoje, na casa de US\$ 200 bilhões), para readquirir títulos da dívida interna, mantendo o aquecimento da economia e escorando uma redução pragmática dos juros.

Temos de abrir mão da "visão escapista" propagada pelo Governo. É hora de tomarmos as medidas

necessárias, com a agilidade que a gravidade do momento requer, para que seus efeitos não contaminem a nossa estabilidade econômica conquistada a duras penas ao longo dos últimos 15 anos.

O caminho é ampliar a oferta de crédito oficial, sem o comprometimento da estabilidade fiscal. Neste ponto, o BNDES pode desempenhar um papel ainda mais destacado na oferta de crédito, mas precisa reavaliar suas políticas de concessão de empréstimos sob a ótica do interesse público.

No Congresso Nacional, devemos rever não só a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) como também a LOA (Lei Orçamentária Anual), diante da previsão de desaceleração da economia, para que a execução orçamentária não enfrente os mesmos problemas do início deste ano. Além disso, os parlamentares precisam se mobilizar para a aprovação da Reforma Tributária, a Lei Geral das Agências Reguladoras e a Lei do Gás, no sentido de prover estabilidade regulatória necessária para multiplicar os investimentos e mantermos o crescimento econômico.

No médio prazo, proponho ainda o abatimento da nossa dívida pública interna, que chega a 40,8% do PIB, enquanto em economias que atingiram o grau de investimento a média é de 30%. Para isso, poderíamos fazer uso das nossas reservas em moeda estrangeira (hoje, na casa de US\$ 200 bilhões), para readquirir títulos da dívida interna, mantendo o aquecimento da economia e escorando uma redução pragmática dos juros.

Temos de abrir mão da visão escapista propagada pelo Governo. É hora de tomarmos as medidas necessárias, com a agilidade que a gravidade do momento requer, para que seus efeitos não contaminem a nossa estabilidade econômica conquistada a duras penas ao longo dos últimos 15 anos.